

As Ciências Sociais em Busca de Uma Nova Racionalidade*

Uma palavra de agradecimento à Direcção do CESUPA pelo convite para falar hoje nesta sessão, integrada nas comemorações do décimo aniversário desta Instituição de ensino superior. Destaco, muito penhorado, o Prof. Sérgio Mendes, que me acolheu tão fraternalmente na sua terra e nesta sua casa.

Uma palavra especial para saudar o Prof. João Paulo do Valle Mendes, pelo carinho que pôs na minha apresentação perante este auditório. Bem haja pela sua gentileza e pela generosidade com que se referiu à minha pessoa.

Quero ainda cumprimentar todas as autoridades e convidados presentes, os Colegas e os estudantes que muito me honram com a sua presença.

O que vou dizer nesta minha exposição toma como ponto de partida a ciência económica, o que se compreenderá por ser eu professor de Economia Política na Faculdade de Direito de Coimbra, na qual concluí a minha licenciatura em Direito e fiz a pós-graduação em ciências jurídicas (Direito Comercial), e na qual prestei depois provas de doutoramento e de agregação no Grupo de Ciências Económicas.

Esta reflexão a partir da ciência económica talvez se justifique também perante a tendência actual de tudo reduzir ao mercado e de tudo 'explicar' e 'justificar' pelas leis do mercado, até a administração da justiça (uma justiça eficiente, rápida e barata, em vez da *justiça justa...*). Neste contexto, talvez valha a pena tentarmos compreender as limitações e as mistificações dessa ciência que tudo reduz à racionalidade do mercado.

*Texto publicado em *SABER* (Revista do Centro de Estudos Superiores do Pará), Vol. 2, nº 1-2, jan-dez/2000, 41-60.

1. — A ciência económica surgiu como *Economia Política*. Mas a partir de 1890 (1ª ed. dos *Principles of Economics*, de Alfred Marshall) generalizou-se a designação *Economics*.

Com o êxito da 'revolução marginalista', a opção pela designação *economics* revela a preocupação de apresentar a disciplina como uma *teoria pura*, à semelhança da matemática ou da física, reservando-se por vezes a designação *economia* para a 'economia científica' e a expressão *economia política* para a 'economia ideológica'.

Não vejo razão para apontar a *Economia* como científica e a *Economia Política* como não-científica ou vice-versa. De todo o modo, penso que a *Economia Política*, embora não perfigure um *paradigma autónomo*, representa uma atitude crítica perante a *mainstream economics*, especialmente no que toca à sua pretensão de ser uma 'ciência pura', aos seus postulados individualistas, à sua defesa do equilíbrio e da harmonia, à sua recusa em considerar a perspectiva histórica e os factores dinâmicos.

Creio poder dizer-se também que a *Economics* veicula, em princípio, uma aceitação *conservadora* do *status quo*, enquanto que a *Economia Política* se coloca, em regra, numa perspectiva de transformação da sociedade.

A *Economia Política* significa também que a *teoria económica* se assume como a *histoire raisonnée* de que fala Schumpeter a propósito da teoria económica de Marx: "o objecto da ciência económica é essencialmente um processo histórico continuado", tendo em conta que "as ideias económicas são um produto do seu próprio tempo e lugar, e não podem ser tidas como coisas distintas do mundo que interpretam."

2. — Começarei por analisar, muito rapidamente, o contexto histórico em que surgiu a *ciência económica* e quais os caminhos da sua evolução, como *produto social*, até aos dias de hoje.

Começarei por dizer que a ciência económica nasceu, verdadeiramente, no século XVIII, durante o período em que a sociedade capitalista emergente se

contrapunha à velha sociedade feudal, fazendo caminho à custa da transformação e da destruição desta.

Antes desta época vários autores escreveram sobre temas de economia. Mas esses textos integravam-se em discursos relativos à moral, à política ou ao direito, muito longe de configurarem uma ciência económica autónoma relativamente a estas disciplinas. Não se aceitava na prática nem se concebia no plano teórico que os processos económicos pudessem gerar os seus próprios imperativos, originar as suas próprias leis ou proporcionar as bases de uma disciplina intelectual autónoma. Antes do século XVIII, a esfera da actividade económica não era considerada autónoma: a economia era vista como um simples meio ao serviço da realização de valores ou fins de ordem moral ou religiosa, ou —no caso dos mercantilistas— um meio de construir, de manter e de aumentar o poder político do soberano e do estado.

Tanto na esfera da produção como na esfera do consumo, tudo é decidido segundo critérios de *poder*. Nas formações sociais pré-capitalistas, a produção está em absoluto subordinada ao consumo, mas o consumo não é um fim em si mesmo, é uma simples condição material para o desenvolvimento das actividades que então se admitia corresponderem à 'dignidade' do homem. O consumo encontra a sua 'justificação' fora do processo económico, não constituindo, por isso, um elemento integrante do processo de produção.

Mesmo as relações de troca que tinham por objecto uma parte do excedente apropriado pelos senhores diziam respeito apenas à *esfera da circulação*, completamente desligadas da *esfera da produção*. Só com o advento do capitalismo as relações de troca reflectem as relações de produção e são determinadas por elas. Foi isto o que compreendeu Adam Smith, que fez da Economia Política, essencialmente, uma *teoria da produção*.

As revoluções burguesas vieram pôr termo ao estatuto de servidão, proclamando que todos os indivíduos são *seres livres, sujeitos de direitos e de deveres*.

Os trabalhadores passam a poder dispor livremente da sua *força de trabalho* (que então surge como mercadoria autónoma), substituindo-se o trabalho servil pelo trabalho assalariado, ao mesmo tempo que a propriedade feudal imperfeita é substituída pela propriedade capitalista, absoluta e exclusiva.

O processo económico ganha então a sua autonomia, não apenas em relação ao discurso metafísico, teológico ou ético, mas também relativamente ao discurso político e à lógica do poder político. A ciência económica ocupa-se agora da *sociedade económica* (ou *sociedade civil*), concebida como um *sistema*, um conjunto de relações sociais reguladas por leis próprias, *leis naturais*, que podem ser descobertas pela investigação.

Mas a revolução burguesa fez-se sentir também na filosofia, na ciência e no mundo das ideias em geral. Ela é também a revolução racionalista, intimamente associada à revolução científica e ao método científico moderno introduzido por Bacon e por Descartes.

Os filósofos do séc. XVIII abandonaram a concepção religiosa do mundo, substituindo-a pelo conceito de *ordem natural* e proclamando um mundo de harmonia e de justiça (*lei natural = lei moral*) governado por *leis naturais*, tão rigorosas como as da Física.

É neste ambiente que nasce a Economia Política, apostada em aplicar ao estudo das relações entre os homens (considerados elementos da "ordem natural") o método científico do racionalismo. A Economia Política formulou o "conceito de *sociedade económica* como um sistema regido por leis próprias", admitindo pela primeira vez que "nas questões humanas existia um determinismo comparável ao determinismo das leis naturais".

Entendendo-se que o sistema capitalista de produção partilhava da 'racionalidade' inerente à ordem natural, o objecto da ciência económica passa a ser o de descobrir as *leis naturais* que regulam o processo de produção e de distribuição do produto social.

O conceito de *ordem natural* ergueu-se contra o *ancien régime*, autoritário, discriminatório, regulamentador. Ao autoritário direito divino opunha-se o *direito*

natural libertador dos indivíduos, reconhecendo a cada um o direito de prosseguir o seu próprio interesse. A *ordem económica*, regida pela *lei natural*, asseguraria os melhores resultados para a comunidade.

Contra a orientação mercantilista de 'governo da economia' pelo estado, os fisiocratas defendem o princípio do *laissez-faire, laissez-passer*, e a existência de uma "ordem natural", governada por "leis soberanas", "estabelecidas para todo o sempre pelo Autor da Natureza", leis que são *leis físicas*, num mundo em que a lei física e a lei moral se confundem em favor da primeira na unidade da lei natural.

Os *conceitos normativos* da teoria económica clássica entroncam na tradição da lei natural dos séculos XVII e XVIII, período em que a *natureza* e a *razão* substituíram Deus como fundamento da ordem social.

Parece claro que a Economia Política nasceu perfeitamente enquadrada na nova ideologia burguesa. A filosofia social presente em *A Riqueza das Nações* assenta na defesa do *individualismo*, na confiança no "*sistema de liberdade natural*", na afirmação de uma *antropologia optimista*, que servia integralmente o objectivo ideológico fundamental da nova classe burguesa: a afirmação de que os seus interesses eram objectivamente coincidentes com os da sociedade como um todo.

Não será, por isso, descabido que aqui se acolha a tese — sustentada por Marx e pelos autores marxistas — segundo a qual a economia política clássica surgiu e desenvolveu-se como "ciência da burguesia".

3. — Dito isto, cabe perguntar: como definir, hoje, a ciência económica?

Não é fácil responder a esta questão.

Há cerca de um século, Marshall definiu-a como "o estudo da humanidade nos assuntos correntes da vida". Poderia deixar esta definição, que parece de bom senso, e passar à frente.

Mas não falta quem defenda que "aquilo que os economistas fazem" actualmente pouco tem a ver com as preocupações correntes das pessoas de carne e osso, afastando-se do desejo de Marshall de enviar os seus estudantes para a vida

"com cabeças frias mas com corações quentes", "com capacidade para atenuarem os sofrimentos sociais que os rodeiam."

Seguindo a lição de Paul Sweezy, de Joan Robinson, de John Hicks, de Claudio Napoleoni (entre outros), distinguirei aqui as duas grandes correntes (ou paradigmas) que actualmente se perfilam no âmbito da ciência económica: o *paradigma* que chamarei *clássico-marxista* (Fisiocratas—Smith—Ricardo—Marx) e o *paradigma* que designarei de *subjectivista - marginalista* (que vem de Say e de Senior, que se afirmou com a chamada 'revolução marginalista', e que hoje se apresenta como a *mainstream economics*, que tem no já clássico ensaio de Lionel Robbins sobre *a natureza e o significado da ciência económica* —1ª ed. 1932— a sua síntese mais elaborada e representativa).

3.1. — Tentarei, em primeiro lugar, caracterizar a *perspectiva clássica-marxista*.

Desde os fisiocratas que a ciência económica se interroga acerca da origem da *riqueza* e da natureza do *excedente social* e procura explicar como é que ele se distribui entre as várias *classes sociais*, em sociedades caracterizadas pelo *conflito social*. E creio que, desde os fisiocratas, ficou claro que as leis que regulam a distribuição do excedente estão intimamente ligadas aos princípios que enquadram o processo social de produção e à *estrutura de classes da sociedade*.

3.1.1. — O *Tableau Économique* é a primeira tentativa de construir um *modelo* quantificado em que se analisa o processo de produção/distribuição dos bens e dos rendimentos no quadro do *sistema económico tomado como um todo*.

Entre outros contributos, os fisiocratas introduziram o conceito de *trabalho produtivo*: aquele que é capaz de produzir um *excedente* ou *produto líquido*, i. é, a parte da produção social que fica depois de se reconstituírem as condições de reprodução da actividade produtiva.

O trabalho produtivo é identificado com uma espécie de *trabalho concreto*, o trabalho agrícola, porque só ele pode aproveitar os frutos da *fertilidade natural da terra*, uma *dádiva do Autor de todas as coisas*. Em última instância, "**Dieu seul**

est producteur", concepção que reflecte ainda a permanência de uma mentalidade pré-científica.

Localizar a *origem do excedente no processo produtivo* e não na esfera da circulação é outro mérito dos fisiocratas, que enterraram definitivamente a crença — tão marcada nos textos dos mercantilistas — de que a riqueza resulta do comércio.

Os fisiocratas não reconheceram a existência de um excedente na indústria, o que os impediu de se aperceberem do *lucro industrial* como uma das formas possíveis do excedente social e de compreenderem e enquadrarem teoricamente a ordem capitalista então emergente.

De todo o modo, creio que a preocupação central dos fisiocratas foi o *crescimento económico* e que, como homens do seu tempo, estavam interessados, acima de tudo, em *transformar o mundo*. Talvez isto possa ajudar a entender que Quesnay tenha pressentido as limitações do modelo adoptado no seu *Tableau*. "Não é por acaso — escreve Napoleoni — que no *Tableau* o produto líquido é considerado em termos de valor. Deste modo ficava expressa a necessidade de uma *teoria do valor*, isto é, de uma teoria orientada para explicar a formação do valor de troca das mercadorias."

3.1.2.— Tentar responder a esta necessidade foi o objectivo fundamental dos clássicos ingleses, ao elaborarem a *teoria do valor-trabalho*.

Com Adam Smith, a produtividade deixa de estar ligada à fertilidade natural da terra. A explicação do excedente deixa de assentar em um tipo de *trabalho concreto* (o trabalho agrícola), radicando no *trabalho enquanto tal*, no *trabalho abstracto*, categoria introduzida por Smith e que — como ele próprio reconhece —, "embora inteligível, não é natural nem óbvia."

Assim se equacionava a necessidade de uma teoria do valor e assim se configurava esta como uma *teoria do valor-trabalho*, ligando o valor ao *trabalho em geral*, entendido como a *origem e a medida do valor*.

A elaboração da teoria do valor-trabalho vai permitir a Smith não só explicar o *lucro capitalista*, mas também explicar todo o *sistema de trocas* que

caracteriza a vida económica e põe de pé uma *teoria da distribuição do rendimento* que tem em conta a divisão da sociedade em *classes sociais* agora claramente caracterizadas pelo modo de participação de cada uma delas na actividade produtiva (pela relação de cada uma delas com a propriedade dos 'meios de produção').

Por mim, entendo as propostas de Smith no sentido de que *o trabalho é a única origem do valor*.

É o que resulta da noção smithiana de *trabalho produtivo*: aquele "que eleva o valor do objecto a que é aplicado", que acrescenta "ao valor das matérias-primas a que se aplica o valor da sua própria manutenção e o lucro do patrão."

É o que resulta também da tese de Smith segundo a qual o *lucro* e a *renda* são, a par dos *salários*, parte do "valor que os trabalhadores acrescentam às matérias-primas".

Neste sentido, o trabalho necessário para produzir uma mercadoria cria um valor que é superior ao montante dos *salários* pagos, em termos que se limitam a assegurar a manutenção e a reprodução dos trabalhadores produtivos. A diferença entre o produto do trabalho e os salários é o *excedente*, que vai ser distribuído em *rendas* e *lucros*, que Smith considera "deduções ao produto do trabalho".

3.1.3. — Com Ricardo, a teoria do valor aparece claramente como o núcleo da teoria económica. Os *Princípios* começam com a afirmação de que *o valor de uma mercadoria* "depende da quantidade relativa de trabalho que é necessária para a sua produção."

A teoria do valor de Ricardo é a *teoria do valor-trabalho*: o valor das mercadorias explica-se pela *quantidade de trabalho* necessária para a sua produção e "não depende da *abundância* mas da *dificuldade* ou da *facilidade* da produção", do mesmo modo que "a *utilidade* não serve de medida de valor de troca, embora lhe seja absolutamente essencial."

Por outro lado, Ricardo sublinha que "o objecto próprio da ciência económica" não deve ser "um inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza",

mas "um inquérito a respeito da distribuição do produto da indústria entre as classes que concorrem para a sua formação."

Na obra teórica de Ricardo reflecte-se claramente o conflito social dominante na Inglaterra do seu tempo (aquele que opunha a velha classe dos proprietários fundiários e a nova burguesia industrial). Vejamos, sinteticamente, o seu raciocínio.

O aumento da população activa obriga a cultivar terras cada vez menos férteis, e deste facto resultaria a *subida das rendas* e o aumento do preço dos produtos alimentares. Perante este aumento, os salários nominais tinham de subir, para que os salários reais continuassem a assegurar o mínimo de subsistência. Como os salários tenderiam sempre para coincidir com este mínimo de subsistência, em virtude de uma *lei natural* insusceptível de ser alterada pelos homens, ficava resolvido o problema da distribuição do rendimento, pois o *lucro* é entendido como a parte que cabe aos capitalistas depois de pagas as rendas e os salários. Sem sentir a necessidade de procurar uma lei que explique a determinação dos lucros, Ricardo limita-se a pôr em relevo que os lucros serão tanto mais elevados quanto mais baixos forem os salários.

Simplemente, apesar da subida dos salários, o valor das mercadorias não aumenta, pois o valor depende da quantidade de trabalho necessária para produzir a mercadoria e não do nível dos salários pagos. Perante a subida dos custos (salários e rendas), não subiria o produto das vendas e a taxa de lucro baixaria.

A *tendência para a baixa da taxa de lucro* criaria as condições para a emergência do *estado estacionário*. Mas Ricardo nunca põe em causa a perenidade do sistema. Regendo-se a economia por *leis naturais* (*leis eternas*, de validade *absoluta e universal*), Ricardo admite que são também *naturais e eternas* as relações com base nas quais se cria a riqueza e se opera a sua distribuição entre as classes sociais.

Com Marx, porém, a *tendência para a baixa da taxa de lucro* vai ser enquadrada no âmbito das contradições do modo de produção capitalista, cujo desenvolvimento há-de levar à substituição do capitalismo pelo socialismo.

3.1.4. — No plano da teoria económica, Marx partiu da economia política clássica, mas reelaborou-a criticamente, integrando-a na sua *teoria geral do desenvolvimento social*, baseada na *concepção materialista da história*.

Para Marx, a produção de bens materiais é a base da vida em sociedade. E toda a produção é *produção social*. A ciência económica não se confunde com uma *tecnologia social*: o seu objecto não são as *relações do homem com a natureza*, mas as *relações sociais de produção*, condicionadas pelas *formas de propriedade sobre os meios de produção*, que, por sua vez, definem a *estrutura de classes da sociedade*. E são as *relações de produção* (entendidas como *relações de poder*) que determinam as *formas de distribuição* do produto social.

Sobre a base das relações de produção assenta a superestrutura jurídica, política e ideológica da sociedade. Ao estudar as *relações de produção*, a economia política marxista toma em conta as *formas jurídicas* da propriedade dos meios de produção, estuda as relações entre as *classes sociais*, analisa o papel da instância política, põe em relevo a influência recíproca entre a *estrutura económica da sociedade* e a *superestrutura*.

Marx abordou a realidade social sob uma perspectiva global (simultaneamente histórica, económica, política e sociológica). Por isso, talvez possa dizer-se, com Henri Lefebvre, que se Marx não é um sociólogo, *há uma sociologia no marxismo*.

Marx reconhece o mérito científico de Smith e de Ricardo. Mas afirmou a sua própria obra teórica como *crítica da economia política*, *i. é*, crítica da *economia política burguesa*. E defendeu que esta atingira com Ricardo o seu limite, ao formular *ingenuamente* (a qualificação é de Marx) o antagonismo dos interesses de classe presente na sociedade capitalista como "*a lei natural, imutável, da sociedade humana*".

Partindo da teoria do valor de Ricardo, Marx procura explicar em que medida ela revela que a essência do sistema é a *exploração da força de trabalho*.

Desfazendo a confusão entre trabalho e força de trabalho, Marx defende que o empregador capitalista compra a *força de trabalho* do operário (o *trabalho em potência*) e não o *trabalho*. O capitalista paga a força de trabalho pelo seu valor (representado no *salário*), adquirindo o direito de a utilizar na produção e adquirindo também o direito de se apropriar da diferença entre o valor da força de trabalho e o valor que ela cria, superior ao seu próprio valor.

Este *mais-valor*, esta *mais-valia* é uma parte do valor criado pela força de trabalho que é apropriada pelos empregadores capitalistas, sem qualquer *justificação moral* baseada na quantidade de trabalho por eles despendida (nisto consiste a *exploração*).

Em vez da *distribuição natural* do produto do trabalho entre as diferentes classes, Marx defende que a distribuição do produto do trabalho é uma consequência lógica da natureza das *relações sociais de produção* características do capitalismo.

Fazendo ironia com a *concepção fixista* dos clássicos ingleses ("Com todas estas eternidades imutáveis e imóveis — escreve ele — houve história, mas deixou de haver"), Marx defende que as categorias e as leis económicas não passam de "produtos históricos e transitórios", "tão pouco eternos como as relações que exprimem".

A economia política marxista assume-se, pois, como *ciência teórica* (voltada para o estudo das leis de movimento dos vários modos de produção), e, simultaneamente, como *ciência histórica*, convertendo a teoria económica em análise histórica e a exposição histórica em *histoire raisonnée* (como salienta Schumpeter).

E assume-se como *ciência de classe*, como *ciência do proletariado*, propondo-se "dar à classe operária (...) a consciência das condições e da natureza da sua própria acção". À semelhança do que foi, a seu ver, o papel da economia política burguesa relativamente à ordem feudal, Marx propõe-se *compreender os mecanismos* e explicar as *leis de funcionamento* do modo de produção capitalista, para ajudar a classe operária a *transformá-lo*.

3.2.— Procurarei, agora, caracterizar a *perspectiva subjectivista-marginalista*.

3.2.1.— Os primeiros sinais de rotura com a perspectiva clássica no que toca à teoria do valor e à teoria da distribuição surgem com Jean-Baptiste Say, que considera como fundamentos do valor a *utilidade* e os *custos de produção*.

Na sequência da *teoria dos três factores de produção*, Say identifica a teoria da distribuição do rendimento com a teoria da formação dos preços dos factores de produção. Deste modo, o lucro deixa de ser visto como um *excedente* e a distribuição do rendimento deixa de ser vista como um processo inseparável do processo social de produção e por ele condicionado.

Por outro lado, a teoria de Say afasta a ideia de conflitualidade social: os titulares de cada um dos factores de produção recebem, pela sua *contribuição produtiva*, a remuneração resultante do jogo do mercado, não havendo lugar para qualquer discrepância entre a *distribuição natural* do rendimento e a *justiça social*. Pela primeira vez desde os fisiocratas, as *classes sociais* desaparecem da análise económica.

3.2.2. — Mas foi a partir de 1870 que a ciência económica estruturou novos conceitos subjectivos de valor, centrando a investigação no estudo das *variações dos preços de mercado*.

Quase simultaneamente (entre 1871 e 1874) e sem qualquer ligação entre si, Carl Menger, William Stanley Jevons e Léon Walras enunciaram o *princípio da utilidade marginal decrescente* e começaram a utilizá-lo de forma consciente e conseqüente na sua elaboração teórica. Estava lançada a 'revolução *marginalista*', a 'revolução' *subjectivista*, a 'revolução' da *utilidade marginal*, a 'revolução' do *equilíbrio económico geral*.

A nova *economia subjectivista-marginalista* representa um corte radical com a *economia política clássica*.

Destacarei algumas diferenças mais importantes

A) Ao afirmarem que a actividade económica consiste na produção de utilidades com vista à satisfação das necessidades, os marginalistas estão a defender que é o consumo —e não a acumulação— o principal factor impulsionador da economia, privilegiando a *soberania do consumidor* em vez do papel do *capitalista-acumulador-investidor*, que Ricardo considerava o mais importante.

A análise desloca-se da *produção* (da *oferta*) e do *custo* para a *procura* e para a *utilidade*.

B) A economia política clássica colocava-se numa *perspectiva dinâmica* e a sua preocupação fundamental foi o estudo das *causas da riqueza das nações*, da *dinâmica do crescimento económico*, do qual se esperava a melhoria das condições de vida das pessoas.

A teoria económica marginalista adoptou uma *perspectiva estática*: a sua preocupação central passou a ser a de definir os requisitos da *afecção eficiente* de recursos existentes em *quantidades limitadas* aos seus vários *usos alternativos* (aspecto em que o socialismo seria incapaz de racionalidade).

"Pela primeira vez, a Economia tornou-se, verdadeiramente, na ciência que estuda a relação entre objectivos *dados* e meios escassos *dados* que têm usos alternativos. A *teoria clássica do desenvolvimento* foi substituída pelo conceito de *equilíbrio geral* num *quadro essencialmente estático*."

C) A 'revolução marginalista' introduz também —e fundamentalmente— uma nova orientação quanto à *estrutura* e ao *conteúdo* da teoria económica:

a) ignora-se em absoluto o *contexto social* em que decorrem as *relações de produção*;

b) o *valor* surge como categoria que não tem qualquer relação com a quantidade de trabalho gasta na produção dos bens;

c) a *raridade* do bem e a *intensidade* da necessidade que ele satisfaz é que determinam o seu valor. Na formulação de Jevons, "o valor depende unicamente do grau final de utilidade";

d) desaparece da teoria económica o conceito objectivo de valor, enquanto *valor absoluto*, ligado ao custo real de produção. O que passa a ser importante é a determinação dos *preços relativos*, que funcionam como critério orientador das decisões (*racionais*) dos agentes económicos;

e) a vida económica é reduzida ao jogo do mercado, o ponto de encontro das disposições dos *homens económicos* que constituem a sociedade entendida *atomisticamente* como *mero somatório de indivíduos*;

f) as relações económicas relevantes deixaram de ser as relações entre os homens (entre as *classes sociais*) e passaram a ser as *relações entre os homens e as coisas*.

D) Desde cedo se percebeu, porém, que a teoria económica baseada na utilidade não se adapta às situações correntes na vida moderna, em que o vendedor é o empresário que produziu, para vender, grandes quantidades de *mercadorias*, que não têm para ele qualquer utilidade imediata.

A solução dos novos economistas foi a de aplicar a análise marginalista aos *factores de produção*, a partir da consideração de que o custo de qualquer produto acabado é igual ao custo dos factores utilizados na sua produção. Chega-se assim à *teoria da produtividade marginal*, que vem rematar o edifício teórico e o aparelho ideológico do marginalismo.

Segundo esta teoria, funcionando a economia de acordo com as regras da *concorrência perfeita*, cada proprietário de qualquer um dos factores de produção utilizados receberá uma parte do rendimento global exactamente proporcional à sua contribuição para o produto social, o qual se esgotará na soma dos salários, rendas e juros, *sem possibilidade de subsistir qualquer excedente*.

E) De acordo com o paradigma clássico-marxista, o salário remunera a força de trabalho, enquanto o lucro não remunera nada.

Isto significa duas coisas:

a) que a atribuição de lucros *não é uma troca*, porque não há nenhum fluxo no *circuito real* que justifique o fluxo dos lucros no *circuito monetário*;

b) que o fluxo da força de trabalho é o único fluxo real que alimenta a actividade produtiva e origina o produto social líquido. E como nem toda a receita

resultante da venda do produto total vai ser distribuída em salários, segue-se que também o pagamento de salários *não é uma troca* (não é uma *troca de equivalentes*).

Em conclusão: o problema da distribuição do rendimento não pode explicar-se no âmbito das relações de troca; só pode entender-se no quadro definido pelas *relações sociais de produção*, em função do *poder relativo das várias classes sociais*.

Diferentemente, para a teoria marginalista, a problemática da distribuição esgota-se na *esfera da troca*: ela reduz-se à questão da formação dos preços de mercado dos 'serviços produtivos' prestados por cada *factor de produção*, e esta é apenas uma parte do processo mais vasto de formação dos preços das mercadorias em mercados de concorrência. E como as trocas são sempre *trocadas de equivalentes*, fica afastada a hipótese de um qualquer *excedente por 'justificar'*, fica *excluída qualquer forma de exploração*.

3.2.3. — Actualmente, a grande maioria dos autores que integram a *corrente económica dominante* adopta como definição da ciência económica enunciados que andam à volta da síntese de Lionel Robbins: "A Economia é a ciência que estuda o comportamento humano enquanto relação entre fins e meios escassos susceptíveis de usos alternativos."

A ciência económica afirma-se, claramente, como a ciência que estuda as *relações entre homens e bens económicos*.

— O **problema económico** — resultante da *escassez relativa* dos *bens económicos* perante as necessidades ou os fins a satisfazer ou a prosseguir — é, na sua essência, o problema da utilização dos bens escassos susceptíveis de usos alternativos na satisfação de *objectivos de importância desigual* e escalonáveis segundo uma *escala de preferências*.

— O **princípio económico** é o *princípio de racionalidade económica* que orienta o *homo oeconomicus* na luta contra a escassez, é a *conduta económica*, "a conduta inteligente, preordenada a fins e logicamente adequada ao seu melhor consequimento", ou seja, a *economia de meios*.

— O *juízo económico* consiste em averiguar se a acção em causa realiza a melhor escolha, na perspectiva do fim próprio daquela acção, fim relativamente ao qual a ciência económica nada tem a dizer, porque a ciência económica é *neutra em relação aos fins*, que assume como *dados*.

Todos os actos que envolvem *tempo* e *meios escassos* para alcançar um objectivo representam um *custo de oportunidade*, porque implicam o sacrifício da sua utilização para conseguir outro(s) objectivo(s). Eles apresentam-se sob um aspecto económico. E o objecto da ciência económica é, justamente, o estudo do **"comportamento humano condicionado pela escassez"**.

A definição de Robbins é, pois, uma *definição analítica*, que não assenta na classificação dos factos ou dos tipos de conduta humana em *económicos* e *não-económicos* para incluir apenas os primeiros no objecto da ciência económica. É que uma tal concepção 'classificatória' sempre deixaria de pé o problema — sem dúvida um *problema económico*, na óptica de Robbins — de saber como dividir o *tempo* e os *meios escassos* entre as actividades económicas e as actividades não-económicas.

A ciência económica transformou-se, deste modo, numa *ciência formal*, num ramo da *praxeologia*: a *ciência da escolha*, a *teoria geral da escolha racional*, que se aplica tanto ao *homem isolado* como ao *homem em sociedade*, qualquer que seja o tipo de sociedade.

Ligando-se as proposições da Economia a *princípios universais do comportamento humano* (representados no *homo oeconomicus* enquanto *homo calculator*), assume-se a ciência económica como *teoria pura* (*ciência positiva*), afirmando-se como *ciência dedutiva*, como uma *ciência a-histórica*: a conduta económica obedece sempre ao mesmo princípio de racionalidade, seja qual for o contexto histórico e institucional em que se desenvolva.

4. — Estamos agora em condições de reflectir sobre alguns dos principais problemas que se colocam a uma ciência cujos pilares são os que acabámos de referir para a *mainstream economics*.

4.1. — Começarei pelas limitações de uma ciência económica que faz da análise do *comportamento do homo oeconomicus* o seu núcleo essencial.

a) O *homo oeconomicus* é uma entidade concebida e programada para actuar sempre de acordo com princípios universais de racionalidade económica.

A partir destas premissas, é lógica "a intenção de produzir uma ciência económica de carácter *universal*", que faz das categorias económicas do capitalismo *categorias universais*, 'justificadas' enquanto corolários lógicos daqueles princípios universais de racionalidade económica. "A apologia das relações de produção capitalistas dissimula-se, então — escreve Oskar Lange —, no modo de tratar as categorias económicas do capitalismo como categorias praxeológicas universais (...), como categorias da actividade humana racional."

b) Esta *ciência praxeológica* — alegam alguns — nega-se enquanto *ciência social*, não passa de um "raciocínio circular", reduzida a uma "ciência apriorística", a um mero "sistema tautológico", cujas proposições são verídicas (como na lógica e na matemática) desde que não sejam contraditórias com as hipóteses de partida, sem necessidade de verificação empírica.

O que está em causa é a validade de um paradigma que reduz os homens de carne e osso — que na vida se integram em grupos ou classes sociais — a um *somatório de indivíduos isolados*, os *tolos racionais* de que fala Amartya Sen, que actuam num espaço vazio, à margem da história, do ambiente cultural, social e institucional, do quadro legal, político e económico.

c) Ora o comportamento segundo os princípios do *cálculo económico*, longe de ser um dado invariante da natureza humana, é o produto de um longo processo

de desenvolvimento histórico das relações de produção, que culminou com o advento do capitalismo.

Nas épocas anteriores à civilização capitalista, "no centro de todo o esforço e preocupação estava o homem, medida de todas as coisas" (Werner Sombart). Nesta fase da 'economia natural' são *múltiplos os fins* da actividade económica, que se desenvolve segundo critérios *costumeiros, tradicionais*.

Com o desenvolvimento das relações de produção capitalistas, a *actividade produtiva* (distinta da actividade para a *economia doméstica*) passa a prosseguir um objectivo homogéneo, quantificável e mensurável, o *ganho monetário*. Nasce, historicamente, a categoria do *lucro capitalista*. O *homem natural* foi substituído (como diria Sombart) pelo *homem capitalista*, que "busca o lucro racional e sistematicamente" (Max Weber). E, sobretudo, surgiu a *empresa capitalista* como realidade separada da *economia doméstica* do seu proprietário, o que aconteceu, fundamentalmente, com o desenvolvimento das sociedades comerciais e, acima de todas, as sociedades anónimas.

Estavam criadas as condições para a aplicação plena do *princípio da racionalidade económica*. Para a empresa capitalista, a maximização do lucro é o *único objectivo* a prosseguir e a adopção dos princípios do *cálculo económico* é uma exigência vital para evitar a falência e para conseguir a maximização do lucro. Como Marx observou, o princípio da racionalidade económica surge como "uma força inerente ao capital e como um método próprio e característico do modo de produção capitalista."

d) O conceito de *homo oeconomicus* como *agente racional maximizador* traz consigo, implícito, um certo *entendimento normativo* acerca da natureza humana, representando, por isso mesmo, a afirmação de um *ideal* como se ele fosse uma *realidade*. Este é um procedimento que utiliza a atitude 'científica' (a afirmação *do que é*) para *justificar o ideal* que se proclamou como facto, a pretexto de que se está a *explicar a realidade*.

Nestes termos, o conceito de *homo oeconomicus* tem de entender-se como um *conceito normativo*, utilizado para justificar e legitimar as instituições económicas existentes.

e) Os modelos e as teorias que se baseiam no comportamento do *homo oeconomicus* enquanto *agente racional maximizador* têm provado bastante mal como instrumentos analíticos e de predição. No entanto, a *mainstream economics* continua fiel a esta premissa básica.

É que esta visão reducionista do *homo oeconomicus*, embora fazendo dele um *tolo racional*, oferece à teoria económica marginalista a 'vantagem' de poder contar com sujeitos económicos que se comportam com a regularidade e a previsibilidade das *agulhas magnéticas*.

Com base no seu 'código genético de racionalidade', o *homo oeconomicus* adopta (necessariamente) um comportamento perfeitamente previsível, que se desenvolve de acordo com uma *lei universal* (como as da física) aplicável a todos os agentes económicos (consumidores, trabalhadores, empresários). Assim se prossegue o objectivo de fazer da *economics* uma ciência tão rigorosa e tão objectiva como as ciências da natureza.

4.2. — Mas a limitação maior da análise marginalista é a que resulta da sua incapacidade para compreender e enquadrar teoricamente a realidade das economias e das sociedades capitalistas.

a) O marginalismo coloca-se na óptica da utilização dos *recursos existentes*, no pressuposto de que todos serão utilizados o mais eficientemente possível. A subutilização ou a não-utilização de recursos escassos perante necessidades e desejos não satisfeitos não cabe na lógica da economia marginalista: a economia tende para o *equilíbrio de pleno emprego*.

Por isso mesmo, quando Robbins publicou o seu famoso ensaio em 1932 — no auge da Grande Depressão — enfrentou desde logo a crítica de que a sua teoria excluía da análise os mais importantes problemas económicos (o desemprego, em

primeiro lugar), e de que os instrumentos da 'lógica da escolha' eram totalmente inadequados para o estudo desses mesmos problemas, que então ameaçavam de morte o capitalismo, como muitos temeram.

b) A economia marginalista assume-se como a *ciência das relações de troca*, reduzindo-se a esta classificação formal os *actos de escolha* relevantes para o estudo da Economia.

Este é um dos pontos em que tem incidido a crítica, sobretudo por parte dos autores de inspiração marxista. Uma vez instalada como classe dominante, a burguesia teria passado a considerar as relações de produção capitalistas como algo de definitivo, inalterável e indiscutível. E a teoria económica marginalista teria 'esquecido' o interesse pelo estudo das relações de produção, assumindo-se como *economia pura*, reduzida a uma "teoria da determinação dos preços nas condições de um *hipotético* regime de concorrência livre e perfeita." (na definição de Walras)

A crítica põe em relevo que esta identificação da ciência económica como *ciência das relações de troca* (ou *catalaxia*), encobre a apologia do capitalismo. Reduzindo o seu estudo à análise das relações de troca que se concretizam no mercado, realça-se que as trocas são *trocas de equivalentes* (de outro modo não teriam lugar...), o que significa que as *trocas voluntárias* permitem ultrapassar eventuais conflitos entre interesses divergentes, proporcionando o máximo de utilidade a todos os que delas participam.

Para esta *ciência das trocas*, não passam de meras *relações de troca* as relações entre o empregador capitalista e os trabalhadores assalariados, relações de troca iguais a quaisquer outras relações de troca, que concretizam *escolhas* feitas *livremente* por cada um dos contratantes. Mas este entendimento pressupõe que o trabalhador pode *escolher livremente* entre trabalhar e não trabalhar, e que esta *escolha* tem a mesma natureza da *escolha* do empregador capitalista entre, v.g., contratar um trabalhador ou não o contratar, entre contratar mais trabalhadores ou adquirir máquinas novas.

Fora da análise ficaria a *diferenciação social* entre os que, por serem donos do capital, podem viver sem trabalhar e os que, por o não serem, têm de trabalhar

para viver. E daqui derivam os críticos a incapacidade desta *teoria pura* para compreender os mecanismos de funcionamento e as categorias económicas próprias de sociedades caracterizadas por aquela diferenciação social.

Na sequência de Marx, poderá dizer-se que os trabalhadores não são livres de contratar ou não contratar, pela razão decisiva de que, embora sejam juridicamente livres de dispor contratualmente da sua força de trabalho, eles são também "completamente desprovidos das coisas necessárias à realização da sua potência de trabalho", circunstância que transforma aquela *liberdade de contratar* em *necessidade de contratar*.

Como o próprio Adam Smith já tinha salientado, não estão em *posição de igualdade* os dois permutantes deste tipo de 'trocas', sem dúvida as mais importantes no seio das sociedades capitalistas. Com Smith, podemos mesmo concluir que quem não se dá conta deste fenómeno — como é o caso da análise marginalista — "é tão ignorante do mundo como deste assunto."

c) O marginalismo parte da existência de *necessidades individuais* e toma como objecto da ciência económica a luta contra a escassez, com vista à *satisfação das necessidades*.

Ora a verdade é que, nas economias capitalistas, a produção não visa a satisfação das necessidades. Daí retiram vários autores a incapacidade desta ciência económica para compreender as questões fundamentais que se colocam no quadro da chamada *sociedade de consumo*, no seio da qual as necessidades humanas são "puro produto do sistema", um simples pretexto para vender e ganhar dinheiro. A análise da *sociedade de consumo* — escreve Hubert Brochier — "é um desafio à noção de *utilidade* sobre a qual se encontra alicerçado todo o edifício do marginalismo."

A Economia entendida como *ciência da escolha* caracteriza o capitalismo como *economia de mercado livre*, na qual a *soberania do consumidor* significa que são as *escolhas feitas livremente* no mercado por *cada um dos indivíduos* que

nele actuam, que vão decidir, em último termo, *como, o quê e para quem* se vai produzir.

Para os defensores desta concepção, "a economia de livre empresa é *a outra face da democracia*." Como escreveu um autor, "nesta grande e contínua eleição geral da economia livre, ninguém, nem mesmo o mais pobre, é privado do seu direito de voto: estamos todos a votar a todo o momento."

A *soberania do consumidor* é invocada também para *legitimar* os resultados das *economias de mercado livre* no que toca à distribuição da riqueza e do rendimento, com base na ideia de que esses resultados são *livremente* queridos e assumidos por todos e por cada um, através da *livre escolha individual*. Von Mises defende expressamente que, "numa sociedade capitalista, a riqueza só pode adquirir-se e conservar-se mediante uma atitude que corresponda às exigências dos consumidores. A riqueza (...) é sempre o resultado de um plebiscito dos consumidores e, uma vez adquirida, a riqueza só pode conservar-se se for utilizada da forma que os consumidores considerem mais benéfica para eles."

Em sentido contrário, invocam os críticos a lógica da *sociedade de consumo*, em que as necessidades são 'criadas' à medida dos interesses das poderosas empresas que controlam a produção e em que "os desejos dos consumidores deixaram de ser uma questão de escolha individual" para se transformarem numa "produção de massa."

Contra a 'leitura' da realidade segundo a qual a 'votação' efectuada no mercado é a base de um autêntico *governo democrático da economia*, argumenta-se que ela 'esquece' o facto essencial de que no mercado se efectua "uma eleição em que alguns eleitores podem votar mais do que uma vez", porque o peso do voto de cada consumidor depende do que cada um gasta no mercado, o que, por sua vez, depende da riqueza e do rendimento de cada um.

Os marginalistas alegam que os rendimentos de cada pessoa correspondem à 'contribuição' de cada uma para o rendimento da comunidade. Os críticos da teoria da produtividade marginal negam que assim seja. E se não houver uma

'justificação moral' para as *diferenças de rendimento* e para a *diferença de natureza* dos rendimentos do trabalho e dos rendimentos do capital, é inevitável a conclusão de que a 'votação' do mercado está viciada à partida e conduz a resultados injustos, que reflectem e ajudam a perpetuar as estruturas (de poder) que geram e mantêm as diferenças de rendimentos.

J. K. Galbraith é um dos autores que mais lucidamente tem criticado o dogma da *soberania do consumidor*, que só existe no "mundo dos livros de texto" da *mainstream economics*. As sociedades que assentam no "sistema industrial" são *economias planificadas*, dominadas pela *soberania do produtor* (i. é, a capacidade das grandes organizações empresariais para 'planificar' a economia). Por isso ele propõe que a ciência económica abandone a óptica da *soberania do consumidor* e adopte a óptica da *soberania do produtor*.

d) Outro dos pressupostos da ciência económica marginalista é a consideração do mercado como o *único mecanismo racional* de afectação de recursos escassos a usos alternativos, nele se realizando o princípio universal de racionalidade inerente à natureza humana.

Os críticos desta concepção sustentam, ao invés, que o mercado não é um puro mecanismo de *regulação automática* da economia, eficiente e neutro. O mercado é, como o estado, uma *instituição social*, uma *criação histórica* da humanidade, uma *instituição política* (David Miliband), destinada a regular e a manter determinadas *estruturas de poder* que asseguram a prevalência dos interesses de certos grupos sociais sobre os interesses de outros grupos sociais.

A esta luz, a defesa do mercado é a defesa de uma *concepção filosófica* que vê no mercado uma *instituição natural*, uma instituição que — nas palavras de Hayek — "não pode ser justa nem injusta, porque os resultados não são planeados nem previstos e dependem de uma multidão de circunstâncias que não são conhecidas, na sua totalidade, por quem quer que seja." A *defesa do mercado* veicula uma concepção acerca da *ordem social que se considera desejável* e configura uma atitude de *defesa da ordem social* que tem no mercado um dos seus

pilares (o capitalismo — tal como o vê o neo-liberalismo — surge, assim, como o *fim da história*).

Ao contrário, a *crítica do mercado* veicula um propósito de introduzir mudanças na ordem social estabelecida ou de a substituir por uma outra ordem social.

e) A *mainstream economics* considera a escassez um dado fundamental da vida e faz do comportamento do homem condicionado pela escassez o objecto da ciência económica. Resta saber se o problema da escassez será o problema central que hoje se coloca à humanidade, apesar dos milhões de miseráveis que a 'civilização da abundância' gerou e continua a gerar.

As possibilidades abertas pelo desenvolvimento científico e tecnológico acumulado pela humanidade obrigam a responder que não. Em muitos dos chamados países ricos, há problemas graves de saúde porque se come demais; há graves problemas sociais resultantes dos excessos da sociedade de consumo; a gestão dos excedentes de produtos alimentares é um grave problema de política económica (a Comunidade Europeia dá subsídios aos agricultores que deixam as suas terras por cultivar, impõe rígidos limites à produção da generalidade dos produtos alimentares e gasta fortunas na gestão dos seus excedentes).

O que está em causa — como veremos à frente — é a organização das nossas sociedades, é a relação de poderes dentro delas, é a 'racionalidade' que comanda as nossas vidas, são as estruturas do poder estabelecido. Tudo factores que escapam à análise da Economia marginalista.

5. — O que está aqui em causa é o modo como deve entender-se a 'cientificidade' das ciências sociais e humanas.

Importa recordar que, desde os fisiocratas, a ciência económica sempre esteve no centro do debate sobre a escolha do modelo de sociedade, o que bem revela a sua natureza de *ciência prescritiva* ou *normativa*: as suas propostas teóricas têm em vista conseguir os melhores métodos para atingir objectivos públicos ou privados, assumidos como *objectivos desejáveis*.

Seja-me permitido invocar aqui a autoridade de Mrs. Joan Robinson para defender, com ela, a ideia de que "a ciência económica não pode escapar nunca à ideologia" e de que, como em toda a actividade humana e em toda a actividade de investigação, "há sempre uma *direita* e uma *esquerda*, perspectivas ortodoxas e radicais, defesa do *status quo* e exigência de mudança."

No final do séc. XIX, a questão da *Wertfreiheit* (i.é, a possibilidade de uma ciência económica isenta de valores) esteve presente na famosa *luta dos métodos*. Mas foi com a 'revolução marginalista' que se acentuou o empenho em proclamar a *neutralidade* da nova 'ciência', com o objectivo de a separar das 'doutrinas' socialistas (em especial o marxismo) que tinham surgido a partir da economia política clássica.

A reivindicação para a *nova economia* dos métodos e dos padrões de validade científica aplicados às ciências físicas buscava para ela a 'credibilidade' que o *cientismo* da época outorgava às ciências da natureza, do mesmo modo que a adopção de uma *perspectiva a-histórica* foi um meio de subtrair à análise económica os grandes temas da economia política clássica que, com Marx, começaram a pôr em causa a aspiração da 'ordem burguesa' à eternidade.

Foram também os marginalistas que apostaram em fazer da ciência económica uma Economia Matemática, porque "trabalha com quantidades" (W. S. Yevons), e porque à Economia Matemática se associava a ideia de uma cientificidade indiscutível.

Mais tarde, Karl Popper escreveria que "o êxito da Economia matemática mostra que pelo menos uma ciência social já passou pela revolução newtoniana." Por mim, creio que a razão está com John Hicks, quando defende que a *economia matemática* não passa de um "ramo da matemática aplicada", sendo certo que — como sustenta este mesmo autor — "a matemática não é uma ciência", porque "tem que ver com conceitos e relações entre conceitos, não com fenómenos", porque "as suas proposições são *logicamente verdadeiras*: não precisam de observações que

as confirmem." Em suma: o facto de a economia matemática ser um ramo da matemática aplicada "não significa que ela deva ser considerada ciência."

O abuso da utilização da 'tecnologia' matemática deu origem a um certo 'diletantismo', que tem transformado o seu refinamento formal num fim em si mesmo (uma espécie de *matemática pela matemática*) e tem reduzido a teoria económica a uma actividade de puro deleite intelectual (John Hicks: "ela é um bom jogo")

O mais grave, porém, é que a pretensa 'revolução matemática' na Economia provocou uma 'subversão' ou inversão de papéis: em vez de ser o objecto da ciência económica a condicionar as técnicas utilizadas, é a técnica matemática que acaba por condicionar a substância e o conteúdo da análise económica e do conhecimento económico, percorrendo caminhos que têm semeado a desilusão em muitos economistas que utilizam a matemática, incluindo alguns dos mais ilustres.

Com Jean Marchal, creio que é demasiado empobrecedora uma perspectiva que "substitui o *homem verdadeiro* pelo *homo oeconomicus* simplificado e o *estudo sociológico e histórico* por uma investigação de *pura lógica* aplicada às coisas económicas", que "descure importantes factores humanos (...) só porque não se deixam facilmente pôr em equação" e que dá por vezes "a sensação de um deserto de pedras e de gelo, de um mundo sem homens."

Aos cientistas sociais exige-se que não esqueçam nunca que, "no homem, o que não se mede é mais importante do que aquilo que se mede." A aspiração das ciências sociais deve ser a de chegar a "uma visão global do homem" (Fernand Braudel), à qual "não deve escapar nenhum aspecto da natureza humana e das suas instituições"(J. M. Keynes).

A afirmação da *cientificidade* das ciências sociais e humanas não pode ignorar a especificidade destas ciências.

Por mim, creio que "não se pode fundar uma ciência do homem independentemente de um projecto acerca do homem." Falando agora da ciência económica, entendo que toda a teoria económica pressupõe, por isso mesmo, uma dada *concepção do homem*. Daí a razão dos que alertam para que "os economistas

devem desconfiar, tanto como da tentação ideológica, da sua tentação de quererem construir uma *ciência 'cientista'*, autónoma e objectiva, desligada de toda a ingerência política e doutrinal." (Ch. Stoffaes)

Os cientistas sociais são um elemento integrante do objecto da sua investigação: "fazem parte de uma determinada ordem, têm um lugar dentro dela, beneficiam ou perdem com ela, e vêem o seu futuro ligado ao seu sucesso ou à sua falência. O seu ângulo de visão da sociedade não pode ser neutro, reflecte os seus valores e também a sua esperança de *transformar* a sociedade ou de a *conservar* tal como é." Os temas que escolhem para objecto da sua investigação "dependem, em larga medida, da sua própria situação na sociedade, da sua psicologia, da sua história pessoal, das suas concepções e projectos políticos.

Se isto é verdadeiro, então é difícil não dar razão a Heilbroner quando defende que "uma atitude de total 'imparcialidade' relativamente ao universo dos eventos sociais é *psicologicamente não-natural* e, muito provavelmente, conduz a uma posição de *hipocrisia moral*." A especial natureza do objecto da ciência económica (e das ciências sociais em geral) parece negar fundamento à distinção entre *economia positiva* e *economia normativa*: "A economia positiva não existe — escreve Homa Katouzian. (...) A Economia é uma ciência normativa, prescritiva."

A consideração da especificidade das ciências sociais leva-me a acompanhar aqueles autores (e são muitos) que defendem a impossibilidade de uma ciência humana dos meios puros, neutra em relação aos fins, separada dos objectivos e dos valores. Porque "uma ciência dos meios — ensina François Perroux — não pode estudá-los com precisão e exactidão deixando de lado as finalidades que eles revelam." A pretexto da distinção entre os *dados* e as variáveis, o que se pretende é deixar de fora da análise do economista elementos como "o regime de propriedade e as *regras do jogo social*, as *relações entre poderes sociais*." A lógica moderna — conclui Perroux — condena a distinção simplista segundo a qual a economia é uma *ciência dos meios* e não uma *ciência dos fins*: "se os fins estão de fora do alcance dos economistas, eles ficarão reduzidos a

aceitação da ordem social existente (...), confundida com a *ordem social* sem epítetos".

A meu ver, releva de um certo *infantilismo* (ou *doença infantil*) a pretensão das ciências sociais e humanas — e, nomeadamente, da Economia Política — de se assumirem como 'científicas' tal como o são as ciências ditas exactas.

A *tentação cientista* (o *desvio cientista*), ao procurar afastar a 'ciência económica' da economia política clássica enquanto "ramo da filosofia social", acabou por transformar-se numa armadilha, enredando a disciplina nas malhas de uma "concepção absolutista" de efeitos por vezes perversos, na óptica do seu próprio desenvolvimento enquanto ciência.

Creio que só uma atitude menos rígida em relação ao rigor de um *cientismo infalível* pode ter em conta as limitações que caracterizam a análise económica, decorrentes do facto de ter de recorrer com frequência ao *as if approach* e de as suas proposições estarem sempre sujeitas à *condição coeteris paribus* (e no entanto as outras coisas movem-se...).

6. — Este nosso tempo é um tempo de esperança, a esperança que legitimamente podemos depositar no extraordinário desenvolvimento científico e tecnológico operado nas últimas décadas. Mas o mau uso que vimos fazendo dos conhecimentos científicos faz deste nosso tempo um tempo carregado de ameaças.

6.1. — Nos dias de hoje, com a entrada em cena dos problemas do *ambiente*, parece irrecusável a consideração de paradigmas alternativos de *organização económica* e de *crescimento económico*.

Trata-se de problemas que não cabem na lógica da análise marginalista, que compara *custos e benefícios privados*, mas não é sensível aos *custos sociais* de um "crescimento canceroso e sem sentido", nem é capaz de comparar *custos sociais e benefícios sociais*, porque eles não são ponderados no comportamento do *homo oeconomicus* nem podem captar-se através do sistema de preços.

Os bens postos em causa pela poluição não são bens que possam deixar-se entregues à lógica do mercado e a sua salvaguarda exige cada vez mais uma sociedade que rejeite em absoluto a "mercantilização da vida", e que busque um paradigma de crescimento que não identifique o *mais* com o *melhor*.

6.2. — Muitos autores concordarão com Amartya Sen quando defende que o facto de haver pessoas que passam fome — e que morrem de fome... — só pode explicar-se pela *falta de direitos* e não pela *falta de bens*. O problema fundamental não é, pois, a escassez, mas a organização da sociedade.

Comentando este ponto de vista de Sen, pergunta Ralf Dahrendorf: "Porque é que os homens, quando está em jogo a sua sobrevivência, não tomam simplesmente para si aquilo em que supostamente não devem tocar mas que está ao seu alcance? Como é que o *direito* e a *ordem* podem ser mais fortes que o *ser* ou *não ser*?"

Com Amartya Sen, dir-se-á: a resposta reside na *falta de direitos*. Ou na *falta de poder*. Talvez seja este o problema decisivo, não o *problema da escassez*.

Ao equacionar esta problemática, é natural a pergunta de Dahrendorf: "o que seria preciso para *modificar as estruturas de direitos*, de modo a que mais ninguém tivesse fome?" Esta é uma pergunta que a teoria económica marginalista não faz, porque não se consente analisar as consequências de uma mudança de ordem social. Mas a própria pergunta parece encerrar a ideia de que é necessário *modificar as estruturas de direitos* (i. é, as *estruturas do poder*), sendo certo que também o *poder*, as *relações de poder* e as *estruturas do poder* estão fora da análise da Economia marginalista.

6.3. — Uma análise mais aprofundada justifica, se não erro, a conclusão de que vários problemas relacionados com o desenvolvimento científico e tecnológico não parecem equacionáveis e resolúveis com base nos ensinamentos de uma teoria económica que adopta o *princípio maximizador* como critério único de eficiência e de racionalidade.

Num ensaio 'velho' de sete anos, Ralf Dahrendorf fala da necessidade de "transferência de alguns ganhos de produtividade *para tempo, em vez de dinheiro, para tempo livre, em vez de mais rendimento.*"

Creio que esta é uma das questões centrais em aberto neste tempo de contradições: o desenvolvimento da produtividade resultante do progresso científico e tecnológico permite que se disponha de mais tempo para as actividades libertadoras do homem, em vez de o afectar a *produzir cada vez mais bens para ganhar cada vez mais dinheiro para comprar cada vez mais bens.*

Um dia virá em que o luxo há-de consistir em *ter tempo*, e espero que este 'luxo' possa ser acessível a todos. A ciência económica não pode continuar a adiar a busca de um *outro padrão de racionalidade*. A ciência económica tem de assumir-se de novo como *economia política*, como um *ramo da filosofia social*, porque, como escreveu um autor, "a economia contemporânea tem mais necessidade de filósofos do que de econométristas"

7. — Dir-me-ão que estou a deixar-me embalar nos braços da utopia. Recordar-me-ão que neste nosso mundo antropofágico morrem por ano, de fome ou de doenças derivadas da fome, cerca de 50 milhões de pessoas (sensivelmente o número de mortos durante a 2ª Guerra Mundial), o que representa uma violentíssima 'guerra civil' no seio da nossa 'aldeia global'.

Recordar-me-ão que, no conjunto dos países da OCDE, cerca de cem milhões de pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza; recordar-me-ão que as desigualdades entre pobres e ricos à escala mundial têm vindo a aumentar acentuadamente (em 1960, os 20% mais ricos do mundo auferiam um rendimento médio 30 vezes superior ao dos 20% mais pobres; em 1997, a relação é de 75 para 1); recordar-me-ão que, no 'paraíso americano', o *american way of life* significa que os 20% mais ricos arrecadam 49,2% do rendimento, cabendo aos 20% mais pobres apenas 3,6%; recordar-me-ão que 300 milhões de crianças sofrem diariamente a mais brutal violência física e moral; recordar-me-ão que aumenta sem cessar o número dos *excluídos*, dos que, para o 'sistema dominante', são tidos por inexistentes; recordar-me-ão que este vosso País, tão rico de riquezas naturais

e de gente maravilhosa, criativa e inteligente, não passa de um país "tipo Belíndia" (expressão de Edmar Bacha - "The Belgium in India situation"), um país em que uma pequena Bélgica de ricos vive no meio de uma enorme Índia de pobreza e miséria.

Sei bem que assim é. E sei também que o capitalismo surgiu como a "civilização das desigualdades". Paul Bairoch mostrou que nos finais do séc. XVII o nível de vida dos países hoje ditos 'desenvolvidos' era idêntico, ou mesmo, em certos casos e em certos domínios, inferior ao da maioria dos países hoje ditos 'subdesenvolvidos'. Estima-se que, por volta de 1750, o PNB *per capita* rondaria, nos actuais 'países desenvolvidos', os 180 dólares, situando-se entre os 180 e os 190 dólares nos actuais 'países subdesenvolvidos'. Pois estas cifras eram, em 1930 e em 1980, respectivamente, \$790/\$190 e \$3000/\$410: o capitalismo vem-se desenvolvendo como "civilização das desigualdades", desigualdades que a globalização neo-liberal tem vindo a acentuar 'explosivamente'.

A 'mão invisível' do mercado — ou seja, a *mão visível* e omnipresente dos grandes conglomerados transnacionais — vem transformando a própria vida em objecto de negócio: muitos anunciam que o negócio da água (a água é absolutamente essencial à vida) será o grande negócio do séc. XXI; os grandes senhores do mundo estão a organizar um mercado em que se compram e vendem *direitos de poluir!*

É preciso subtrair as nossas vidas ao raio de acção do capital financeiro que comanda este mundo unipolar. A aniquilação do estado-nação, a paralisia da política, a morte da política económica (tão cara ao neo-liberalismo) constituem um perigo para a democracia. Sem entidades nacionais responsáveis, a quem podem pedir contas os cidadãos eleitores? A prestação de contas — que é a pedra de toque da democracia — só é exigível a quem tem meios para governar responsabilmente.

Sei tudo isto. Mas sei também que o trabalho dos homens, após o advento do capitalismo, provocou um enorme desenvolvimento das forças produtivas, e, acima de tudo, um extraordinário desenvolvimento do próprio homem, enquanto produtor e titular de ciência, de tecnologia, de informação. Este desenvolvimento

das capacidades produtivas tem libertado o homem trabalhador do seu fardo milenar de ser *besta de carga*; tem proporcionado ao homem trabalhador condições de trabalho mais dignas; tem aumentado a produtividade do trabalho para níveis até há pouco insuspeitos; tem permitido significativa redução da jornada de trabalho.

Hoje sabemos que o conhecido aumento do número de famintos não apaga a consciência que temos de que a nossa capacidade de produzir alimentos — e mesmo a produção efectiva de alimentos — é superior às necessidades da humanidade. A vida mostra que o homem não deixou de ser o lobo do homem, mas temos razões para acreditar que podemos viver num mundo de cooperação e de solidariedade, num mundo capaz de responder satisfatoriamente às necessidades fundamentais de todos os habitantes do planeta. Um dia destes, talvez saibamos construir uma alternativa ao caos suicidário a que nos querem condenar.

Talvez a utopia de Marx esteja a confirmar-se: o desenvolvimento científico e tecnológico conseguido pela civilização burguesa proporcionou um aumento meteórico da produtividade do trabalho humano, criando condições novas no que toca à capacidade de produção. Este desenvolvimento das forças produtivas (entre as quais avulta o homem e o seu saber) só carece de novas relações sociais de produção, de um novo modo de organizar a vida colectiva, para que a humanidade possa saltar do *reino da necessidade* para o *reino da liberdade*.

A crítica à globalização não pode confundir-se com a defesa do regresso a um qualquer 'paraíso perdido', negador da ciência e do progresso. A saída desta caminhada vertiginosa para o abismo tem de assentar na confiança no homem e nas suas capacidades, na afirmação do *direito à utopia*. E o que é a utopia? Para que serve a utopia? Deixem-me responder com versos de Eduardo Galeano, os mesmos que, há pouco tempo, um Colega brasileiro utilizou para encerrar uma bela palestra que proferiu na minha Faculdade (a tradução é do Dr. Alberto da Silva Franco):

*"Ela está no horizonte, me aproximo dois passos
e ela se afasta dois passos.*

Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.

Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei.

Para que serve, então, a utopia?

Serve para isso, para fazer caminhar".